

A DIREITA RADICAL POPULISTA: UMA NORMALIDADE PATOLÓGICA¹

The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy

Cas Mudde

University of Georgia, Athens, EUA
casmudde@depauw.edu

RESUMO

Nos últimos anos, mais e mais estudos têm apontado para as limitações das explicações do sucesso eleitoral dos partidos populistas radicais de direita pelo lado da demanda. Eles argumentam que fatores do lado da oferta também precisam ser incluídos. Embora os autores anteriores tenham feito essas reivindicações com base em argumentos puramente empíricos, este artigo fornece uma argumentação (meta)teórica para a importância das explicações do lado da oferta. O artigo discorda da visão dominante sobre a direita radical populista, que a considera um ser estranho aos valores dominantes nas democracias ocidentais contemporâneas - a "tese da patologia normal". Em vez disso, argumenta que a direita radical populista deve ser vista como uma interpretação radical dos valores dominantes, ou mais semelhante a uma normalidade patológica. Este argumento é fundamentado com base em uma análise empírica das ideologias partidárias e atitudes de massa. O deslocamento paradigmático proposto tem profundas consequências para a forma como a direita radical populista e a democracia ocidental se relacionam, além de como a direita radical populista é melhor estudada. Mais importante, torna a demanda por políticos populistas radicais de direita mais uma suposição do que um quebra-cabeça, e direciona o foco principal de pesquisa para a luta política sobre questões de destaque² e posições (posicionamentos), e para o papel dos partidos populistas radicais de direita nessas lutas.

PALAVRAS-CHAVE:

ABSTRACT

In recent years more and more studies have pointed to the limitations of demand-side explanations of the electoral success of populist radical right parties. They argue that supply-side factors need to be included as well. While previous authors have made these claims on the basis of purely empirical arguments, this article provides a (meta)theoretical argumentation for the importance of supply-side explanations. It takes issue with the dominant view on the populist radical right, which considers it to be alien to mainstream values in contemporary western democracies – the 'normal pathology thesis'. Instead, it argues that the populist radical right should be seen as a radical interpretation of mainstream values, or more akin to a pathological normalcy. This argument is substantiated on the basis of an empirical analysis of party ideologies and mass attitudes. The proposed paradigmatic shift has profound consequences for the way the populist radical right and western democracy relate, as well as for how the populist radical right is best studied. Most importantly, it makes demand for populist radical right politics rather an assumption than a puzzle, and turns the prime focus of research on to the political struggle over issue saliency and positions, and on to the role of populist radical right parties within these struggles.

KEYWORDS:

¹ Artigo originalmente publicado: MUDDE, Cas. The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy. *West European Politics*. v. 33, n. 6, p. 1167-1186, 2010. DOI: 10.1080/01402382.2010.508901. Tradução realizada por Rodolfo Palazzo Dias (PPGSA/UFRJ) e Rodrigo Orlando Silva (PPGSP/UFSC).

² Nota de tradução: no original, "issue saliency". O termo "saliência", quando usado nessas situações, geralmente indica grau de engajamento que determinado agrupamento populacional estabelece com determinada questão política. Aqui, nessa tradução, o termo "issue" será traduzido como "questão" quando se refere a temas da agenda política.

Hoje, a política da direita radical é a política da frustração - a amarga impotência daqueles que se encontram incapazes de entender, quanto mais comandar, a complexa sociedade de massa que é a política³ hoje.

A citação acima poderia ter sido de praticamente qualquer livro sobre direita radical contemporânea publicado no final do século XX. De fato, ela data do início dos anos 1960 e resume a avaliação de Daniel Bell (1964, p. 42) sobre a direita radical dos EUA dos anos 1950. Ela é indicativa de uma variedade de posições dominantes no debate acadêmico sobre a direita radical populista, a que me refiro aqui como a “tese da patologia normal”. Curta e simples, a tese sustenta que a direita radical constitui uma patologia na sociedade ocidental (pós-guerra) e seu sucesso só pode ser explicado por “condições extremas” (ou seja, “crise”). Os autores que trabalham dentro desse paradigma costumam considerar a direita radical em termos psicológicos e se concentram quase exclusivamente no lado da demanda por políticos populistas radicais de direita.

Estudos recentes sobre a direita radical populista notaram as limitações de uma abordagem pura do lado da demanda (por exemplo, BETZ, 2004; CARTER, 2005; GIVENS, 2005; NORRIS, 2005). Embora os fatores do lado da demanda ajudem a explicar o sucesso de partidos populistas radicais de direita na Europa (Ocidental), eles muitas vezes não contabilizam diferenças significativas entre e dentro dos países. Conseqüentemente, os autores começaram a enfatizar a importância dos fatores do lado da oferta na explicação do sucesso populista do partido radical de direita. Embora esse deslocamento de foco tenha sido principalmente baseado em dados, ou seja, inspirado por descobertas empíricas, este artigo avançará um argumento (meta)teórico para a importância de fatores do lado da oferta.

Este artigo primeiro fornece uma visão geral concisa do campo de estudos dentro do paradigma da patologia normal, estabelecendo os princípios básicos da tese. Ele argumentará que a tese não é sustentada pela análise empírica; ou seja, atitudes e características ideológicas populistas radicais de direita são bastante difundidas nas sociedades europeias contemporâneas. Isso exige um deslocamento paradigmático na compreensão da direita radical populista contemporânea: de uma patologia normal para uma normalidade patológica. O artigo termina delineando as conseqüências mais importantes dessa mudança paradigmática para o estudo da direita radical populista contemporânea.

³ Nota de tradução: no original, o termo usado é “*polity*”.

1 A TESE DA PATOLOGIA NORMAL EXPLICADA

De acordo com os estudos tradicionais sobre a direita radical populista, a democracia (ocidental) e o radicalismo em geral, e o extremismo em particular, baseiam-se em valores fundamentalmente opostos. No entanto, muitos desses estudos não fazem distinção entre os dois termos, nomeadamente, extremismo e radicalismo, usando-os de forma intercambiável. Obviamente, isso está incorreto. Na verdade, extremismo e radicalismo não diferem apenas em grau, mas em natureza em sua relação com a democracia ocidental.

Em linha com os estudos tradicionais, defino *extremismo* como a antítese da democracia, ou seja, como anti-democracia (por exemplo, BACKERS, 1989). No entanto, a democracia é definida aqui de uma forma mínima ou processual. Na famosa definição do economista austríaco Joseph Schumpeter (1949, p. 250), a democracia é “um arranjo institucional para chegar a decisões políticas que realizam o bem comum ao fazer o próprio povo decidir as questões por meio da eleição de indivíduos que se reunirão com o objetivo de cumprir esta vontade”. Em suma, o extremismo rejeita a crença na soberania popular, normalmente executada por um sistema eleitoral de “uma pessoa, um voto”.

Em contraste com alguns estudos, notadamente a escola teórica do extremismo, defino o *radicalismo* como estando em oposição à democracia *liberal* (ou constitucional) (MUDDE, 2007). É importante notar que, nesta definição, o radicalismo aceita a democracia procedimental, ao passo que o extremismo não. No entanto, o radicalismo desafia tanto sua base liberal, notadamente o valor positivo do pluralismo, quanto às limitações constitucionais à soberania popular. O cerne do radicalismo é o monismo, ou seja, a tendência de tratar clivagens e ambivalências como *ilegítimas*.

Muitos estudos sobre a direita “extremada⁴” (ou seja, extrema e radical) vão além da oposição ideológica entre radicalismo e democracia, e consideram a direita extremada (em suas várias permutações) em termos psicológicos, principalmente como uma patologia da sociedade moderna. Os estudos mais influentes nesta tradição são as análises psicanalíticas do fascismo, como “*The Mass Psychology of Fascism*” (1970; originalmente 1933) de Wilhelm Reich e Theodor W. Adorno e seus colaboradores em “*The Authoritarian Personality*” (1969; originalmente 1950). Reich (1970, p. xiii-xiv) considerou o fascismo

⁴ Nota de tradução: no original, “*far*”. O termo “*far-right*”, nesse sentido, significaria tanto extrema-direita (*extreme right*) como direita radical (*radical right*). Sempre que no texto o termo usado for esse, a tradução irá seguir o mesmo padrão.

como “a atitude emocional básica do homem reprimido” e argumentou que “[e]m sua forma pura, o fascismo é a soma total de todas as reações irracionais do ser humano médio”.

Como a pesquisa sobre a direita radical do pós-guerra foi fortemente influenciada por estudos do fascismo histórico, não é nenhuma surpresa que a abordagem do ponto de vista da patologia inicialmente também tenha dominado esse campo. Os primeiros estudos sobre a direita radical americana do pós-guerra pareceram particularmente afetados. Por exemplo, o artigo clássico de Daniel Bell “*The Dispossessed*” (1964) fornece uma análise da “especificidade psicológica, ao invés da ideologia, da direita radical, e está repleto de referências a patologias como paranóia e pensamento conspiratório . Da mesma forma, Richard Hofstadter, autor do influente artigo “*The Paranoid Style in American Politics*” (1964a), argumentou que a direita radical “está psicologicamente fora do quadro da política democrática normal” (1964b, p. 102). O estudo mais influente nesta tradição é sem dúvida “*Political Man*” de Seymour Martin Lipset, que tinha, entre outras coisas, isto a dizer sobre o assunto:

Resumindo, o indivíduo de classe baixa tem a probabilidade de ser exposto a punição, falta de amor, e uma atmosfera geral de tensão e agressão desde a primeira infância - todas as experiências que tendem a produzir hostilidades profundamente enraizadas, expressas por preconceito étnico, autoritarismo político e religião transvalorativa quiliástica (...)
Em períodos “normais”, a apatia é mais frequente entre esses indivíduos, mas pode ser ativada por crise, especialmente se for acompanhada por fortes apelos milenares. (LIPSET, 1960, p. 120, 122).

Muitos estudos sobre a direita radical contemporânea na Europa seguiram essa tradição. As referências à paranóia e a outros transtornos psicológicos abundam nos estudos de inspiração política, que infelizmente ainda ocupam uma posição de destaque na área (particularmente na Alemanha e na França). Mas mesmo estudos sérios regularmente adotam tais referências. Por exemplo, Sabrina Ramet (1999, p. 4, 16) define a direita radical em termos de “‘irracionalismo’ cultural” e considera “uma obsessão por conspirações” como um de seus elementos essenciais. E o relato de Rosanvallon e Goldhammer sobre “a tentação populista” parece quase uma cópia exata da posição de Hofstadter de mais de três décadas atrás:

Uma maneira de tornar o termo menos ambíguo é pensar o populismo como uma *patologia* democrática em dois sentidos: como uma *patologia*, primeiro, da democracia representativa eleitoral e, segundo, da contra-democracia. O populismo não é apenas uma ideologia. É uma inversão *perversa* dos ideais



e procedimentos da democracia. (ROSANVALLON; GOLDHAMMER, 2008, p. 265; ênfase adicionada)

No que diz respeito à literatura sobre a direita radical populista contemporânea, esta posição é mais clara e explicitamente expressa na “tese da patologia normal” (SCHEUCH; KLINGERMANN, 1967). A obra *“Theory of Right-wing Radicalism in Western Industrial Societies”* de Scheuch e Klingemann permanece, na verdade, uma das tentativas mais ambiciosas e abrangentes de explicar o sucesso político dos partidos radicais de direita na Europa do pós-guerra, notadamente na Alemanha. A descrição a seguir da “tese de patologia normal”, portanto, não deve ser vista como um resumo de sua teoria, mas sim como um resumo simplificado de um aspecto dela, que infelizmente tem sido muito mais influente do que o resto do fascinante quadro teórico (ver também ARZHEIMER; FALTER, 2002).

Em suma, a tese da patologia normal sustenta que os valores populistas radicais de direita são estranhos aos valores democráticos ocidentais, mas que existe um pequeno potencial para eles em todas as sociedades ocidentais (cerca de 10-15 por cento)⁵. Portanto, os autores falam de uma “patologia normal”. Dentro deste paradigma, o apoio dos partidos populistas de direita radical é baseado em “patologias estruturalmente determinadas” (SCHEUCH; KLINGERMANN, 1967, p. 18). Atitudes populistas radicais de direita só se tornarão politicamente relevantes sob “condições extremas” (*Extrembedingungen*) (SCHEUCH et al., 1967, p. 86). Klingemann (1968, p. 6) posteriormente descreveu os mecanismos da tese como segue:

Nas sociedades industriais, que estão sujeitas a rápidas mudanças sociais, devemos esperar encontrar tensões típicas. Os valores do campo das relações primárias e os das instituições secundárias decorrentes dos requisitos fundamentais das sociedades industriais em mutação tendem a contradizer-se (...)

A rápida mudança das condições ambientais exerce uma pressão constante que força o indivíduo a se readaptar continuamente ao seu ambiente ou a participar ativamente da mudança desse ambiente.

(...) na medida em que falham em cumprir suas funções em lidar com a vida cotidiana, o indivíduo com um sistema rígido de valores e orientações reage às mudanças nas condições ambientais com crescente preocupação (ansiedade, agressividade, etc.).

⁵ O artigo original não especifica o tamanho da população com atitudes radicais de direita, mas em outro artigo Scheuch (1967, p. 10) fala de “um resíduo de cerca de 10% até 15%”.

Alguns dos autores mais proeminentes cujo trabalho pode ser localizado dentro do paradigma da patologia normal são Hans-Georg Betz, Frank Decker e Michael Minkenberg⁶. Betz (1998, p.8), por exemplo, argumenta que “[o] sucesso da direita radical populista reflete, portanto, em grande medida, a tensão psicológica associada às incertezas produzidas por mudanças socioeconômicas e socioculturais em larga escala”. O suporte explícito para a tese da patologia normal de Scheuch e Klingemann é particularmente forte na literatura (língua) alemã (ver, entre muitos outros, GRUMKE, 2004; JASCHKE, 2001; NEUGEBAUER, 2001). No entanto, muitos autores, que talvez nunca tenham lido o artigo original, trabalham dentro de seus parâmetros-chave. Helmuth Gaus (2004), por exemplo, explica o sucesso da direita radical por “inseguranças e medos subjacentes” que surgem em situações de crise cíclica. E Lee McGowan (2002, p. 210) conclui que “[e]m retrospecto, seria ingênuo supor que o extremismo de direita organizado teria murchado completamente [no alemão do pós-guerra, CM]. Bolsas de apoio perduram em todo o país. A maioria das pessoas vive no passado”.

Em conclusão, os principais fundamentos da tese da patologia normal dominaram o estudo acadêmico da direita populista radical do pós-guerra na Europa (Ocidental). Eles incluem pelo menos os seguintes aspectos: (1) os valores populistas de direita radical são estranhos às democracias ocidentais; (2) um pequeno potencial continua a existir em todas as sociedades; e (3) o apoio a partidos populistas radicais de direita é explicado por “patologias estruturalmente determinadas”, que são desencadeadas por “condições extremas” (ou seja, crises).

2 A TESE DA PATOLOGIA NORMAL E A PESQUISA ACADÊMICA

O paradigma da tese da patologia normal tem efeitos profundos no estudo acadêmico da direita radical populista. Em sua forma mais extrema, os estudiosos estudam o fenômeno sem relacioná-lo à política democrática dominante; isto é, eles não usam conceitos e teorias convencionais, já que a direita radical populista é uma patologia e, portanto, só pode ser explicada fora do “normal”. Na maioria dos casos, essa decisão é tão política quanto científica. Os autores acreditam que, usando conceitos e teorias convencionais, o cientista legitima a direita radical populista.

⁶ Outros trabalhos que implícita ou explicitamente se baseiam na tese de patologia normal de Scheuch e Klingemann incluem Nagle (1970), Armingeon (1995) e Winkler e Schumann (1998).

Essa interpretação extrema foi particularmente prevalente no estudo do “neofascismo” na França, Alemanha e Holanda nas décadas de 1970 e 1980. Muitos autores se concentrariam quase exclusivamente nas ligações históricas da direita radical populista, ou seja, a ligação com o fascismo pré-guerra e o nazismo (por exemplo, SCHULTZ, 1990; VAN DONSELAAR, 1991). O pressuposto era que a direita radical populista do pós-guerra deveria ser entendida como um resquício de um passado distante, não como uma consequência de desenvolvimentos contemporâneos.

Uma interpretação mais moderada da tese dominou os estudos sobre o sucesso eleitoral da direita radical populista pelo menos até o final dos anos 1990. Tornou-se mais amplamente popular através dos trabalhos de estudiosos integrando descobertas de estudos dos partidos políticos (mais notavelmente dos Verdes) no campo (notavelmente BETZ, 1994; IGNAZI, 1992; KITSCHOLT; MCGANN, 1995). Nessa forma moderada,

conceitos e teorias dominantes são empregados, mas a direita radical populista ainda é percebida como uma anomalia das democracias ocidentais contemporâneas.

Conseqüentemente, o quebra-cabeça-chave no paradigma da patologia normal é o da demanda: por que existe uma demanda popular por políticas populistas radicais de direita?

As duas respostas gerais que são oferecidas, protesto e apoio, são baseadas em uma suposição semelhante: sob circunstâncias “normais”, apenas uma pequena parte da população nas democracias ocidentais evidencia uma demanda por políticas populistas radicais de direita. Conseqüentemente, é necessário pesquisar aquelas circunstâncias “anormais” nas quais as “atitudes populistas radicais de direita” se espalham mais amplamente. A maioria dos estudiosos encontra a resposta em interpretações modernas da tese clássica da modernização (ver MUDDE, 2007, p. 203-5).

Quase todas as principais teorias sobre o apoio à direita radical populista, dentro da tese da patologia normal, referem-se a alguma forma de crise ligada a algum tipo de processo de modernização e suas consequências: por exemplo, globalização, sociedade de risco, economia pós-fordista, sociedade pós-industrial (por exemplo, BECK, 1992; HOLMES, 2000; LOCK; HEITMEYER, 2001; SWANK; BETZ, 2003). A ideia é sempre a mesma: a sociedade está se transformando fundamentalmente e rapidamente, o que leva a uma divisão entre (autopercebidos) “vencedores” e “perdedores”, e estes últimos votarão na direita radical populista por protesto (raiva e frustração) ou suporte (rigidez intelectual). Em suma, sob condições de mudança social massiva, os “perdedores da modernização” votarão em partidos populistas de direita radical (por exemplo, BELL, 1964; BEREZIN, 2009; BETZ, 1994; DECKER, 2004; LIPSET, 1955; MINKENBERG, 1998).

É importante ressaltar que, dentro dessa abordagem, os partidos populistas radicais de direita, e na verdade os atores políticos em geral, dificilmente desempenham qualquer papel. O único fator interno que às vezes é reconhecido é um líder carismático (MUDDE, 2007, p. 260–63). Isso não está apenas de acordo com a interpretação de Max Weber da liderança carismática (1987 [1919]), embora poucos autores se refiram explicitamente à sua teoria, mas também está em total conformidade com a tese da patologia normal. Considerando que na política “normal”, o voto deve ser racional, baseado na ideologia ou pelo menos na identidade (clivagem), não em um vínculo irracional com um indivíduo.

Em suma, dentro da tese da patologia normal, a direita radical populista tende a ser estudada da perspectiva do fascismo (extremo) ou da crise (moderada). O foco principal é explicar a demanda, que deve ser baixa em condições “normais”. O lado da oferta da política é quase completamente ignorado, assim como o papel da própria direita radical populista. No limite em que o suprimento interno entra na equação, ele está na forma da liderança carismática, novamente um remanescente patológico percebido de um passado sombrio.

3 A TESE DA PATOLOGIA NORMAL AVALIADA

Como tantas vezes acontece com os pontos de vista populares, poucas pessoas testaram a validade da tese da patologia normal. Os próprios Scheuch e Klingemann estabeleceram a estrutura teórica em 1967, mas nunca forneceram evidências empíricas para os argumentos fundamentais. Embora tenham sido os primeiros a aplicar questionários ao estudo da direita radical, seus testes empíricos visavam principalmente fornecer uma visão sobre “o” eleitor do NPD (por exemplo, KLINGERMANN, 1968; KLINGERMANN; PAPP, 1968). Estudiosos posteriores que trabalharam dentro do paradigma, muitos dos quais podem nunca ter lido esta publicação um tanto obscura, pareciam tratar a tese como provada ou como sabedoria recebida que não requer mais prova empírica⁷.

Nesta seção, avalio a afirmação de que a direita radical populista é uma patologia normal em dois níveis, o ideológico e o atitudinal. Primeiro, analiso se o núcleo ideológico

⁷ Uma exceção notável é o capítulo de Arzheimer e Falter (2002) no *Festschrift for Hans-Dieter Klingemann*. Eles não apenas colocam à prova a tese de patologia normal, como também tentam testar a tese em toda a sua complexidade.

da direita radical populista - definida como uma combinação de nativismo, autoritarismo e populismo (MUDDE, 2007) - está de fato em desacordo com os valores básicos das sociedades ocidentais. Em segundo lugar, examino se os valores populistas de direita radical são realmente compartilhados por apenas uma pequena minoria da população europeia.

1.1 O Ideológico

A principal característica da ideologia populista radical de direita é o nativismo, ou seja, uma ideologia que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (“a nação”) e que elementos não-nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaçadores para o estado-nação homogêneo (MUDDE, 2007, p. 19). O pensamento nativista tem uma longa história nas sociedades ocidentais, especialmente nos Estados Unidos, com movimentos como o “*Know Nothings*” datando do início do século XIX (por exemplo, BENNETT, 1990; HIGHAM, 1955).

Histórica e ideologicamente, o nativismo está intimamente ligado à ideia de estado-nação, uma construção nacionalista que se tornou a pedra angular da política europeia e global⁸. A ideia de estado-nação sustenta que cada nação deve ter seu próprio Estado e, embora isso geralmente fique implícito, cada Estado deve ter apenas uma nação. Esta ideia é tão prevalente que alguns autores até falam de um “nacionalismo metodológico” subjacente à visão contemporânea dominante sobre a sociedade. De acordo com Daniel Chernilo (2006, p. 129), “nacionalismo metodológico pressupõe que o estado-nação é a forma necessária e natural de sociedade na modernidade e que o estado-nação se torna o *princípio organizado* em torno do qual todo o projeto de modernidade torna-se coerente”.

Várias constituições europeias afirmam explicitamente que o seu país está ligado a uma nação; por exemplo, o preâmbulo eslovaco começa com “Nós, a nação eslovaca”, enquanto o artigo 4.1 da constituição romena afirma que “[a] fundação do Estado é baseada na unidade do povo Romeno” (em MUDDE, 2005). A ideia de autodeterminação nacional está até mesmo consagrada no capítulo 1, artigo 1 da Carta das Nações Unidas, que clama explicitamente pelo respeito pela “autodeterminação dos povos”.

⁸ Andreas Wimmer (2002, p. 2), por exemplo, argumenta que “[d]emocracia, cidadania e autodeterminação nacional tornaram-se a trindade indivisível da ordem mundial dos estados-nação”.

Isso não significa que todas as referências à autodeterminação nacional sejam necessariamente expressões do nativismo. Por exemplo, o artigo 1 da Constituição alterada da Irlanda declara:

A nação irlandesa por meio desta afirma seu direito inalienável, irrevogável e soberano de escolher sua própria forma de governo, de determinar suas relações com outras nações e de desenvolver sua vida política, econômica e cultural, de acordo com seu próprio gênio e tradições.

No entanto, outros artigos expressam uma atitude bastante aberta aos não-nativos, incluindo “a firme vontade da nação irlandesa, em harmonia e amizade, de unir todas as pessoas que compartilham o território da ilha da Irlanda, em toda a diversidade de suas identidades e tradições” (artigo 3).

Mas mesmo onde os estados europeus não são nativistas, eles usarão o “nacionalismo banal”. Com este termo, Michael Billig (1995, p. 6) refere-se aos “hábitos ideológicos que permitem que as nações estabelecidas do Ocidente sejam reproduzidas” cotidianamente. Em termos simples, os cidadãos dos países ocidentais são diariamente lembrados de sua “identidade nacional” através de uma infinidade de dicas mais ou menos sutis, que vão desde a celebração do Dia da Independência, através do nome de seus meios de comunicação (por exemplo, *Irish Times*, *British Broadcasting Corporation*, *Hrvatska Radio Televizija*), até o ensino de história nas escolas. Embora sejam lembretes banais, eles se baseiam na ideia constitutiva do estado-nação⁹.

O *autoritarismo*, a crença em uma sociedade estritamente ordenada na qual as infrações à autoridade devem ser punidas severamente (MUDDE, 2007, p. 23), é uma característica nem mesmo exclusiva do núcleo ideológico da direita radical populista. Mais notavelmente, “a importância da ordem e da autoridade” é elo principal do conservadorismo (LAYTON-HENRY, 1982, p. 1; PILBAUM, 2003). O teórico político conservador Roger Scruton (1980, p.19), por exemplo, argumenta que “é por meio do ideal de autoridade que o conservador experimenta o mundo político”, enquanto seu colega conservador Robert Nisbet (1986, p. 34) afirma que “autoridade é, junto com a propriedade, um dos dois

⁹ Mesmo em estados ou federações claramente multinacionais, pode-se encontrar tal nacionalismo banal. O estado da Bélgica, por exemplo, envolve dois grandes grupos cultural-linguisticamente diferentes (falantes de holandês e francês; bem como um pequeno grupo de falantes de alemão), que nem mesmo compartilham um espaço público (monolíngue). Ao mesmo tempo, a Constituição belga afirma explicitamente que “[todo] o poder emana da Nação” (artigo 33; ênfase adicionada).

conceitos centrais da filosofia conservadora”. De acordo com Roger Eatwell (1992, p. 22), dentro do conservadorismo “o homem é visto como agressivo e carente de autoridade”.

Além disso, o autoritarismo é um aspecto fundamental do pensamento secular e religioso, variando dos (proto-)liberais como Thomas Hobbes a socialistas como Vladimir Ilyich Lenin, e do catolicismo romano ao cristianismo ortodoxo. Segundo Lenin (1961, p. 412), por exemplo, “a centralização absoluta e a disciplina mais estrita do proletariado constituem uma das condições fundamentais para a vitória sobre a burguesia”. No que diz respeito à religião, Bob Altemeyer (1988, p. 202) conclui em seu influente livro sobre autoritarismo: “De um modo geral, as religiões cristãs (entre outras) ensinam a criança a obedecer a uma autoridade sobrenatural e, mais especificamente, a um sistema de autoridade terreno que age em seu nome”.

A terceira e última característica ideológica é o populismo, aqui definido como uma ideologia estreita que considera a sociedade como, em última instância, separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, “o povo puro” versus “a elite corrupta”, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale*, ou seja, a vontade geral do povo (MUDDE, 2007, p. 23). Embora a ideologia populista tenha raízes muito mais profundas nos EUA do que na Europa (Ocidental) (por exemplo, GOODWYN, 1976; KAZIN, 1995), os elementos-chave estão claramente ligados aos valores fundamentais das sociedades ocidentais em geral.

Como Margaret Canovan argumentou tão eloquentemente, a democracia tem um lado redentor e um pragmático; o primeiro enfatiza o ideal de *vox populi vox dei* (ou “governo do povo, pelo povo, para o povo”), o último a importância das instituições. “Inerente à democracia moderna, em tensão com sua face pragmática, está a fé na redenção secular: a promessa de um mundo melhor por meio da ação do povo soberano” (CANOVAN, 1999, p. 11). O populismo se baseia nesta “promessa democrática” (por exemplo, GOODWYN, 1976; MÉNY; SUREL, 2002). Interpretando “o povo” como uma entidade moral homogênea, os populistas argumentam que o senso comum *do* povo sempre deve ter precedência e não pode ser restringido por restrições institucionais “antidemocráticas”, como proteções constitucionais de minorias.

Os sentimentos anti-sistema do populismo também estão intimamente ligados a crenças amplamente compartilhadas nas sociedades ocidentais. Estes vão desde o famoso adágio de Lord Acton “o poder corrompe” à imagem negativa da humanidade tão essencial



para o Cristianismo e o conservadorismo (por exemplo, no Pecado Original).¹⁰ Aliás, o fato de que o Cristianismo evangélico desempenha um papel muito maior na cultura e na política dos Estados Unidos do que na Europa, pode ser parte da explicação dos sentimentos anti-sistema mais amplos e profundos naquele país. Além disso, enquanto grande parte da Europa Ocidental teve um processo de democratização e formação de Estado mais dirigido pela elite, baseado em uma forte autoridade central e uma desconfiança elitista do povo, nos Estados Unidos os mesmos processos foram impulsionados por “Nós, o Povo dos Estados Unidos” e por uma desconfiança no governo central compartilhada tanto pelas massas quanto pelas elites, incluindo os Pais Fundadores.

1.2 O Atitudinal

A seção anterior estabeleceu que as características constituintes da ideologia populista de direita radical estão em grande medida em consonância com os princípios-chave das ideologias dominantes. Aqui, veremos a sobreposição com as atitudes de massa. Utilizamos principalmente as várias pesquisas de opinião do Eurobarómetro, que não apenas é o único inquérito sociopolítico regular a nível da UE, mas também demonstrou um interesse particular por questões e valores relevantes para este estudo.

Embora nativismo não seja o mesmo que racismo, seja o que for que isso realmente signifique para os entrevistados, estudos como o Eurobarómetro fornecem ampla evidência de atitudes nativistas extremas na Europa. Por exemplo, o Barómetro Especial 113 (“Racismo e Xenofobia: Direitos Humanos e Imigração na União Europeia”), de dezembro de 1997, constatou que “[apenas] um em cada três entrevistados disse que achava que não era ‘de forma alguma racistas’. Um em cada três declarou-se ‘um pouco racista’ e um terço surpreendente expressou abertamente ‘sentimentos bastante ou muito racistas’”(2).

Mais concretamente, 65 por cento dos cidadãos da UE-15¹¹ concordam com a afirmação “o nosso país atingiu os seus limites; se houvesse mais pessoas pertencentes a

¹⁰ O influente pensador conservador americano Peter Viereck (1949, p. 30) argumentou que o conservadorismo deveria ser “a secularização política da doutrina do pecado original”.

¹¹ UE-12 refere-se à UE entre 1980 e 1995, quando incluía os seguintes 12 Estados-Membros: Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha e Reino Unido. Em 1995, a Áustria, a Finlândia e a Suécia aderiram, transformando-a na UE-15. Em 2004, 10 novos países, principalmente do Leste Europeu, aderiram (Chipre, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovênia), tornando-se a UE-25. Com a adição da Bulgária e Romênia, em 2007, a União Europeia é atualmente conhecida como UE-27.

esses grupos minoritários, teríamos problemas”(7). Quase dois terços acreditam que todos os imigrantes ilegais devem ser enviados de volta, enquanto 80 por cento acreditam que os imigrantes ilegais “condenados por crimes graves” devem ser repatriados (7). Ainda mais radicais do que (a maioria) dos partidos populistas radicais de direita, cerca de 20 por cento apoiam a “repatriação em massa”, ou seja, concordam com a afirmação de que “todos os imigrantes, legais ou ilegais, de fora da União Europeia e seus filhos, mesmo os nascidos aqui, devem ser enviados de volta ao país de origem” (7).

Números semelhantes são relatados no European Social Survey (ESS) de 2003, que coletou dados de pesquisas de 18 países e regiões da Europa Ocidental (ver IVARSFLATEN, 2005, p. 27). O mais impressionante é que 80 por cento dos entrevistados acreditam que “os imigrantes que cometem crimes graves devem sair”; note que isto não se refere a imigrantes “ilegais”, como a pergunta do Eurobarômetro acima. Além disso, grandes minorias concordam que “os imigrantes que cometem qualquer crime devem sair” (46 por cento), “o governo não deve tratar os pedidos de refugiados generosamente” (45 por cento) e que “os imigrantes que estão desempregados de longa duração devem sair” (43 por cento). Mesmo a afirmação extrema de que “os imigrantes não deveriam ter os mesmos direitos que todas as outras pessoas” encontra apoio entre 19 por cento dos entrevistados.

No que diz respeito às atitudes positivas em relação ao grupo interno, muitos estudos tomam a questão do "orgulho" como um indicador. Surpreendentes 85 por cento dos entrevistados da UE-25 são muito ou bastante orgulhosos de serem holandeses / suecos / etc. (Eurobarômetro 66, setembro de 2007). Isso varia de quase unanimidade em Chipre (98 por cento) a 71 por cento na Alemanha. Deve-se notar que a questão “orgulhosa” é uma indicação muito suave de nacionalismo, quanto mais nativismo, que não se correlaciona muito fortemente com outros indicadores (mais negativos). Além disso, nada menos que 59 por cento dos inquiridos da UE-25 também têm muito ou muito orgulho de ser europeus.

Com relação ao *autoritarismo*, as pesquisas mostram uma sobreposição ainda mais forte entre as atitudes das massas e as posições populistas radicais de direita. De acordo com o *Barômetro Especial 181* (“Segurança Pública, Exposição a Problemas Relacionados às Drogas e Crime”), de maio de 2003, 78 por cento dos cidadãos da UE-15 acreditam que os jovens cometeriam menos crimes se fosse ensinado melhor a disciplina por seus pais ou na escola (9); variando de 65 por cento na Áustria a 90 por cento na França (51). Da mesma forma, 62 por cento das pessoas da UE-15 acreditam que os jovens cometeriam menos crimes se as penas de prisão fossem mais duras; no entanto, variando entre 37 por

cento na Suécia e 75 por cento na Irlanda (10). Embora 55 por cento dos cidadãos da UE pensem que a sua polícia local “está fazendo um bom trabalho” no combate ao crime, 74% acreditam que “um melhor policiamento” reduziria a criminalidade na sua área (47). Por último, assombrosos 85 por cento das populações da UE-25 concordam com a afirmação: “Hoje em dia existe demasiada tolerância. Os criminosos devem ser punidos com mais severidade”. Isso varia de 70 por cento na Dinamarca a 97 por cento em Chipre (*Eurobarómetro* 66).

A característica ideológica do *populismo* só pode ser estudada por meio de seu lado anti-elite ou anti-sistema. Como a literatura em expansão sobre *Politikverdrossenheit* argumentou, e em parte provou, grupos crescentes de cidadãos da UE têm atitudes negativas em relação às principais instituições de seu sistema democrático nacional, embora não em relação ao sistema democrático como tal (cf. DAHL, 2000). De facto, em 1999, 40 por cento dos cidadãos da UE-15 estavam “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com a sua democracia nacional; variando de 70 por cento na Itália a 22 por cento na Holanda (*Eurobarómetro* 52, abril de 2000). Embora a satisfação média com a democracia flutue ao longo do tempo, e não haja uma tendência clara de queda na satisfação em toda a Europa (por exemplo, WAGNER; *et al.*, 2009), as pesquisas mostram consistentemente que minorias significativas de europeus não estão muito / nada satisfeitas com sua democracia nacional.

Da mesma forma, os níveis de confiança das principais instituições democráticas são bastante baixos. De acordo com o *Eurobarómetro* 66 (agosto de 2006), o exército é a instituição de maior confiança (69 por cento), seguido pela polícia (66 por cento). As três instituições menos confiáveis são o parlamento nacional (33 por cento), o governo nacional (30 por cento) e os partidos políticos (17 por cento). Embora também existam algumas pessoas sem opinião, a grande maioria dos cidadãos da UE não confia nas principais instituições políticas do seu país. Notavelmente, 58 por cento e 62 por cento “tendem a não confiar” em seu parlamento nacional e governo, respectivamente (*Eurobarómetro* 69, junho de 2008). E assombrosos 75% tendem a não confiar em seus partidos políticos (*Eurobarómetro* 59, abril de 2003).

Em relação à questão da corrupção, um marco proeminente da propaganda populista radical de direita, o *Eurobarómetro Especial* 291 (“As Atitudes dos Europeus em relação à Corrupção”), de abril de 2008, relatou que 75 por cento dos cidadãos da UE-27 concordam totalmente ou tendem a concordar que a corrupção é um grande problema em seu país. Em países como a Bulgária, Grécia, Hungria e Romênia cerca de 75 por cento até

“concordam totalmente” com a declaração. Para ser justo, há uma divisão norte-sul aqui, já que no norte da Europa apenas uma minoria acredita que a corrupção é um grande problema em seu país: cerca de um quarto na Dinamarca e na Finlândia e pouco menos da metade na Suécia e na Holanda.

De acordo com o *Eurobarômetro Especial 245* (“Opiniões sobre Crime Organizado, Transnacional nas Fronteiras e Corrupção”), 59 por cento da UE-25 acredita que dar ou receber subornos não é julgado com sucesso. Das categorias de pessoas consideradas corruptas, os “políticos a nível nacional” encabeçam a lista, com 60 por cento dos inquiridos da UE-25 a pensar que são corruptos; variando de um mínimo de 29 por cento na Dinamarca a um máximo de 69 por cento na Eslovênia. Os políticos a nível regional (47 por cento) e a nível local (45 por cento) estão classificados em quarto e quinto lugar. Embora o *Eurobarômetro Especial 291* relate números mais baixos, eles ainda são minorias significativas de 46 por cento (políticos nacionais) e 37 por cento (políticos regionais e locais).

Finalmente, um alvo específico da propaganda populista radical de direita é a União Europeia, que é descrita como um Moloch burocrático completamente corrupto. Pesquisas mostram que essa opinião é compartilhada por uma maioria substancial de europeus. O *Eurobarômetro Especial 291* relata que nada menos que 66 por cento dos cidadãos da UE-27 acreditam que existe corrupção nas instituições da UE; que na verdade é inferior aos 71 por cento em 2005. Curiosamente, os países com as pontuações mais altas, Alemanha (81 por cento) e Suécia (80 por cento), pontuam entre os mais baixos no que diz respeito à corrupção no seu próprio país (embora esta seja não uma relação generalizada).

2 DA PATOLOGIA NORMAL À NORMALIDADE PATOLÓGICA

A análise anterior mostrou que a tese da patologia normal não resiste ao escrutínio empírico. As ideias populistas radicais de direita não são estranhas às ideologias dominantes da democracia ocidental e as atitudes populistas radicais de direita não são apenas compartilhadas por uma pequena minoria da população europeia. De fato, a direita radical populista é melhor percebida como uma *normalidade patológica*, para permanecer dentro da terminologia de Scheuch e Klingemann - bem conectada às ideias dominantes e

em muita sintonia com as atitudes e posições políticas¹² amplamente compartilhadas pelas massas.

A tese da normalidade patológica não implica que a direita radical populista faça parte da corrente principal das sociedades democráticas contemporâneas. Em vez disso, afirma que, ideologicamente e atitudinalmente, a direita radical populista constitui uma radicalização das visões dominantes (BETZ, 2003; MINKENBERG, 2001). O argumento empírico é que aspectos-chave da ideologia populista radical de direita são compartilhados pela corrente dominante, tanto no nível da elite quanto da massa, embora freqüentemente de uma forma mais moderada. Não é de surpreender que essa mudança paradigmática tenha uma profunda influência sobre (1) a relação entre a direita radical populista e a democracia ocidental e, conseqüentemente, (2) o estudo da direita radical populista.

No que diz respeito à relação entre a direita radical populista e a democracia ocidental, a principal diferença não deve ser definida em espécie, ou seja, por oposição fundamental (ou seja, antítese), mas em grau, ou seja, por versões moderadas versus radicais de aproximadamente as mesmas visões. Além disso, as atitudes e ideias populistas radicais de direita não são marginais em condições normais; elas são bastante difundidas, embora freqüentemente de uma forma mais moderada do que a expressa pelos partidos populistas radicais de direita. O quão amplamente compartilhada a ideologia populista do núcleo da direita radical é (ainda) não pode ser estabelecido com base nos conjuntos de dados disponíveis. Isso exigiria um modelo de medição complexo, abrangendo uma coleção de indicadores múltiplos para todas as três (multifacetadas) características ideológicas,¹³ em vez de indicadores simplistas como auto-posicionamento esquerda-direita (por exemplo, WINKLER; SCHUMANN, 1988) ou apoio à movimentos racistas.¹⁴

3 A NORMALIDADE PATOLÓGICA E A PESQUISA ACADÊMICA

¹² Nota de tradução: o termo em inglês seria *"policy positions"*.

¹³ Poucas tentativas de construir tais modelos de medição multidimensionais foram realizadas até agora. Os poucos modelos existentes são fortemente influenciados pelos modelos, não pela teoria, de Adorno e seus colaboradores. Infelizmente, eles foram desenvolvidos para conceitos diferentes, se relacionados (nomeadamente a "extrema direita" e "direita extremada"), e foram aplicados e testados apenas em contextos locais ou regionais limitados (por exemplo, DE WITTE; et al., 1994; MEIJERINK, et al., 1995; 1998).

¹⁴ Por exemplo, Eurobarômetro Especial 41 sobre "Racismo e Xenofobia" (novembro de 1989) perguntou aos entrevistados se eles aprovavam "movimentos a favor do racismo". Obviamente, "apenas" 4 por cento dos cidadãos da UE-12 aprovaram "completamente" e 6 por cento "até certo ponto" (16).

A mudança paradigmática da patologia normal para a normalidade patológica tem consequências profundas para o estudo acadêmico da direita radical populista. Primeiro e acima de tudo, isso significa que a direita radical populista deve ser estudada com base em conceitos e teorias da ciência política dominante¹⁵. Em segundo lugar, o foco principal da pesquisa não deve ser explicar a demanda, uma vez que esta é gerada “naturalmente” pelas complexas democracias multiétnicas ocidentais, mas explicando a oferta. Isso não quer dizer que as explicações do lado da demanda sejam irrelevantes, mas sim que é melhor deixá-las explicar a existência de atitudes populistas radicais de direita em nível de massa, e não o sucesso eleitoral de partidos populistas radicais de direita.

Para partidos populistas radicais de direita, a luta política não é tanto sobre atitudes, mas sobre questões. Afinal, no que diz respeito às questões que importam, ou seja, a trindade populista radical de direita da corrupção - imigração - segurança, uma parte significativa da população já compartilha suas posições em grande medida.¹⁶ O ponto chave é que, tradicionalmente, “suas” questões não dominaram a luta política na maioria das democracias ocidentais. Os partidos de direita radical populista não se concentram principalmente em questões socioeconômicas, como a maioria dos partidos tradicionais, mas em questões socioculturais, como a outra nova família partidária, os Verdes.

Dentro do paradigma da normalidade patológica, o sucesso e o fracasso dos partidos populistas de direita radical são, antes de tudo, explicados pela luta pelo engajamento em questões políticas e por posicionamentos. Como Paul Lucardie (2000, p. 175) coloca, os partidos populistas radicais de direita são purificadores, referindo-se a “uma ideologia que foi traída ou diluída por partidos estabelecidos”, ao invés de profetas, “que articulam uma nova ideologia”. Eles não precisam influenciar os eleitores para uma nova posição sobre certa questão, eles têm que transferi-los para uma nova questão: longe das questões socioeconômicas, como o (des)emprego, e em direção às questões socioculturais, como a imigração. Portanto, a principal luta da família partidária da direita radical populista é aumentar a importância de “seus” problemas, ou seja, corrupção, imigração e segurança.

O aumento das oportunidades de sucesso eleitoral para todos os partidos populistas radicais de direita, pelo menos desde meados dos anos 1980, é em grande medida explicado pela mudança mais ampla da política materialista clássica para alguma forma de

¹⁵ Um exemplo recente, usando teorias de coalizão convencionais para explicar a participação governamental de partidos de direita radical, é De Lange (2008).

¹⁶ Consequentemente, a descoberta de que as atitudes xenófobas é um explicador fraco do comportamento de votação populista radical de direita (por exemplo, RYDGREN, 2008).

política pós-materialista (INGLEHART, 1977), ou pelo menos uma combinação das duas. Nesse processo, a própria direita radical populista desempenhou apenas um papel marginal. Em vez disso, ela foi, em grande medida, uma reação não intencional ao sucesso da nova esquerda no final dos anos 1960 e 1970, que levou a uma reação neoconservadora no final dos anos 1970 e 1980 (IGNAZI, 1992). Este desenvolvimento não apenas criou espaço eleitoral para a direita radical populista, mas também abriu um campo de jogo relativamente novo e “nivelado”, ou seja, competição sobre questões socioculturais como corrupção, imigração e segurança

O fato de alguns partidos populistas radicais de direita terem sido capazes de usar essas oportunidades, e outros não, deve ser explicado pelo conceito de “posse da questão” (por exemplo, BUDGE; FARLIE, 1983; PETROCIK, 1996); ou, mais precisamente para problemas de não-valência, posse da posição sobre a questão.¹⁷ Embora o novo campo de jogo fosse nivelado em todos os países, a luta pela posse da posição sobre a questão variava. Em alguns países, partidos novos ou reformados (de direita) poderiam capturar a posse da posição sobre corrupção, imigração e segurança, mesmo antes de um partido de direita radical populista ser capaz de se estabelecer. Na maioria dos casos malsucedidos, no entanto, foi o próprio partido populista radical de direita que o impediu de alcançar a posse da posição sobre a questão. Devido à falta de organização e pessoal, esses partidos foram assombrados por lutas internas e escândalos públicos, tornando-os um ator político pouco atraente apesar de sua posição favorável diante das questões.

Onde a direita radical populista foi capaz de estabelecer a posse da posição em uma ou mais de suas questões de ouro - corrupção, imigração, segurança - a explicação chave para seu sucesso era interna. Embora tenham sido principalmente os partidos estabelecidos (forçados pelo público e pela mídia) que criaram as condições para seu salto eleitoral, foram os próprios partidos populistas radicais de direita que garantiram sua persistência eleitoral. Em termos gerais, eles fizeram isso por meio de uma combinação de liderança, organização e propaganda.

Dois bons exemplos de direita radical populista que combinaram com sucesso esses três fatores são a FN (*French Front National*) e o belga VB (*Vlaams Blok/Belang*). Durante seu apogeu, a FN teve uma combinação poderosa de liderança carismática de Jean-Marie Le Pen, que atraiu eleitores de todo o espectro político, e liderança gerencial de Bruno

¹⁷ Em suma, o partido A detém a posição X (na questão Y) quando uma grande parte do eleitorado que (1) se preocupa com a questão Y e (2) mantém a posição X, confia no partido A como o partido mais competente para deslocar as políticas (direta ou indiretamente) em direção à posição X.

Mégret, que organizou o partido em uma máquina poderosa. A propaganda do partido era famosa dentro e fora do país; na verdade, muitos outros partidos populistas radicais de direita adotaram a propaganda da FN (por exemplo, RYDGREN, 2005). Um desses partidos era o VB, copiando não apenas pôsteres, mas até programas inteiros,¹⁸ e que tinha em Filip Dewinter um líder carismático e administrativo.

Embora ambos os exemplos pareçam bastante diretos, muito mais estudos empíricos são necessários para obter uma visão mais clara sobre o que exatamente distingue uma organização, liderança e propaganda partidária malsucedida da bem-sucedida. Além disso, as histórias de ambos os partidos mostram que esses fatores não são garantia de sucesso eleitoral perpétuo. A FN se envolveu em uma feroz luta de poder interna entre Le Pen e Mégret no final da década de 1990, levando a uma divisão no partido e uma consequente perda de apoio (embora muito menos do que o esperado). E embora o VB ainda não tenha experimentado uma divisão séria, o partido recentemente perdeu suas primeiras eleições e divisões internas surgiram que podem ameaçar seu sucesso futuro.

4 CONCLUSÃO

Nos últimos anos, mais e mais estudos sobre a direita radical populista têm apontado para as limitações das explicações do lado da demanda. Em vez disso, eles enfatizam a necessidade de incluir fatores do lado da oferta nas análises também (por exemplo, CARTER, 2005; GIVENS, 2005; NORRIS, 2005). No entanto, embora os autores anteriores tenham feito essas afirmações puramente com base em argumentos empíricos, este artigo fornece a primeira argumentação (meta)teórica para a importância das explicações do lado da oferta.

O estudo da direita radical populista foi dominado pela tese da patologia normal, ou seja, a crença de que a direita radical populista é uma patologia das democracias ocidentais contemporâneas, que tem apenas apoio limitado em circunstâncias “normais”. Dentro desse paradigma, a demanda das massas por partidos populistas radicais de direita constitui o quebra-cabeça principal e só pode ser explicada por alguma forma de crise relacionada à teoria da modernização.

¹⁸ O VB copiou a maior parte de seu infame Programa de 70 Pontos anti-imigrante do Programa de 50 Pontos da FN (ver MUDDE, 2000).

Como foi mostrado, a tese da patologia normal não se sustenta sob o escrutínio empírico. As principais características da ideologia populista radical de direita - nativismo, autoritarismo e populismo - não estão desrelacionadas com as ideologias convencionais e às atitudes de massa. Na verdade, eles são mais bem vistos como uma radicalização dos valores dominantes. Conseqüentemente, a direita radical populista deve ser considerada uma normalidade patológica, não uma patologia normal.

Essa mudança paradigmática tem conseqüências profundas para o estudo da direita radical populista. A demanda generalizada é um dado, e não o quebra-cabeça principal, nas democracias ocidentais contemporâneas. Provocativamente declarada, a verdadeira questão de pesquisa deveria ser: por que tão poucos partidos tiveram sucesso, dado o terreno geralmente fértil? A resposta pode ser encontrada no lado da oferta da política de questão, mais notavelmente nas lutas sobre o engajamento nas questões (particularmente para a fase do salto eleitoral) e sobre posse da posição sobre a questão (especialmente para a fase de persistência eleitoral). Isso só pode ser verdadeiramente compreendido se o próprio partido populista radical de direita for trazido (de volta) para a análise e explicação.

5 AGRADECIMENTOS

Versões anteriores deste artigo foram apresentadas em vários locais, incluindo a Universidade de Illinois, a Universidade de Oslo, a Universidade Vanderbilt e o *Wissenschaftszentrum Berlin*. Quero agradecer a todos os participantes por seus valiosos comentários. Em particular, agradeço a Elisabeth Ivarsflaten, Cristóbal Rovira Kaltwasser e Hans-Dieter Klingemann por sua leitura cuidadosa e comentários perspicazes sobre o artigo. Por fim, gostaria de agradecer aos revisores da *West European Politics* por suas críticas construtivas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W.; ELSE, Frenkel-Brunswik; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD R. Nevitt. **The Authoritarian Personality**. New York. W.W. Norton. 1969.

ALTEMEYER, Bob. **Enemies of Freedom: Understanding Right-Wing Authoritarianism.** San Francisco: Jossey-Bass. 1988.

ARMIGEON, Klaus. Der Schweizer Rechtsextremismus im internationalen Vergleich, **Swiss Political Science Review**, v. 1, n. 4, p. 41–64. 1995.

ARZHEIMER, Kai; FALTER Jurgen W. Die Pathologie des Normalen. Eine Anwendung des Scheuch-Klingemann-Modells zur Erklarungrechts extremen Denkens und Verhaltens. *In*: DIETER, Fuchs; EDELTRAUD, Rolle; BERNHARD, Weßels (eds.). **Burger und Demokratie in Ost und West: Studien zur politischen Kultur und zum politischen Prozess.** Festschrift fur Hans- Dieter Klingemann. Wiesbaden: Westdeutscher, p. 85–107. 2002.

BACKES, Uwe. **Politischer Extremismus in demokratischen Verfassungsstaaten: Elemente einer Rahmentheorie.** Opladen: Westdeutscher. 1989.

BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity.** London: Sage. 1992.

BELL, Daniel. The Dispossessed. *In*: BELL, Daniel (ed.), **The Radical Right.** Garden City: Anchor, p. 1–45. 1964.

BENETT, David H. **The Party of Fear: From Nativist Movements to the New Right in American History.** New York: Vintage. 1990.

BEREZIN, Mabel. **Illiberal Politics in Neoliberal Times: Cultures, Insecurity, and Populism in a New Europe.** Cambridge: Cambridge University Press. 2009.

BETZ, Hans-Georg. **Radical Right-Wing Populism in Western Europe.** Houndmills: Macmillan. 1994.

BETZ, Hans-Georg. Introduction. *In*: BETZ, Hans-Georg; IMMERFAL, Stefan (eds.). **The New Politics of the Right: Neo-Populist Parties and Movements in Established Democracies.** New York: St. Martin's. 1998.

BETZ, Hans-Georg. The Growing Threat of the Radical Right. *In*: MERKL, Peter H.; WEINBERG, Leonard (eds.). **Right-Wing Extremism in the Twenty-First Century.** London: Frank Cass, p. 74–93. 2003.

BETZ, Hans-Georg. **La droite populiste en Europe: Extreme et démocrate?** Paris: CEVIPOF/Autrement. 2004.

BILLIG, Michael. **Banal Nationalism.** London: Sage. 1995.

BUDGE, Ian; FARLIE, Dennis J. **Explaining and Predicting Elections: Issue Effects and Party Strategies in Twenty-Three Democracies.** London: Allen & Unwin. 1983.

CANOVAN, Margaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy, **Political Studies**, v. 47, n. 1, p. 2–16. 1999.

CARTER, Elisabeth. **The Extreme Right in Western Europe: Success or Failure?** Manchester: Manchester University Press. 2005.

CHERNILO, Daniel. Methodological Nationalism and Its Critique. *In*: DELANTY, Gerardand; KUMAR, Krishan (eds.). **The Sage Handbook of Nations and Nationalism**. London: Sage, p. 129–40. 2006.

DAHL, Robert A. A Democratic Paradox?, **Political Science Quarterly**, v. 115, n. 1, p. 35–40. 2000.

DECKER, Frank. **Der neue Rechtspopulismus**. Opladen: Leske + Budrich. 2004.

DE LANGE, Sarah Leah. **From Pariah to Power: The Government Participation of Radical Right-Wing Populist Parties in West European Democracies**, unpublished PhD Thesis, Antwerp. 2008.

DE WITTE, Hans; JAAK, Billietand; SCHEEPERS, Peer. Hoe zwart is Vlaanderen? Een exploratief onderzoek naar uiterst-rechtse denkbelden in Vlaanderen in 1991, **Res Publica**, v. 36, n. 1, p. 85–102. 1994.

EATWELL, Roger. Conceptualizing the Right: Marxism's Central Errors. *In*: EATWELL, Rogerand; O'SULLIVAN, Noel (eds.). **The Nature of the Right: American and European Politics and Political Thought since 1789**. Boston: Twayne, p. 18–31. 1992.

GAUS, Helmuth. **Opgang en verval van extreemrechts**: Bijdrage tot de studie van politiekecycli. Ghent: Academia. 2004.

GIVENS, Terri **Voting Radical Right in Western Europe**. New York: Cambridge University Press. 2005.

GOODWYN, Lawrence. **Democratic Promise**: The Populist Moment in America. New York: Oxford University Press. 1976.

GRUMKE, Thomas. Take This Country Back! Die Neue Rechte in der USA. *In*: GESSENHERTER, Wolfgangand; PFEIFFER, Thomas (eds.). **Die Neue Rechte eine Gefahr für die Demokratie?** Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften, p. 175–186. 2004.

HIGHAM, John. **Strangers in the Land**: Patterns of American Nativism, 1860–1925. New Brunswick: Rutgers University Press. 1955.

HOFSTADTER, Richard. **The Paranoid Style in American Politics**, Harper's Magazine, November, p. 77–86. 1964a.

HOFSTADTER, Richard. Pseudo-Conservatism Revisited: A Postscript. *In*: BELL, Daniel (ed.). **The Radical Right**. Garden City: Anchor, p. 97–103. 1964b.

HOLMES, Douglas R. **Integral Europe**: Fast-Capitalism, Multiculturalism, Neo-Fascism. Princeton: Princeton University Press. 2000.

IGNAZI, Piero. The Silent Counter-Revolution: Hypotheses on the Emergence of Extreme-Right Wing Parties in Europe, **European Journal of Political Research**, v. 22, n. 1, p. 3–34. 1992.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics**. Princeton: Princeton University Press. 1977.

IVAFSLATEN, Elisabeth. Threatened by Diversity: Why Restrictive Asylum and Immigration Policies Appeal to Western Europeans, **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, v. 15, n. 1, p. 21–45. 2005.

JASCHKE, Hans-Gerd. **Rechtsextremismus und Fremdenfeindlichkeit: Begriffe, Positionen, Praxisfelder**. 2. ed. Opladen: Westdeutscher. 2001.

KAZIN, Michael **The Populist Persuasion: An American History**. New York: Basic Books. 1995.

KITSCHELTK, Herbert; MCGANN, Anthony. **The Radical Right in Western Europe: A Comparative Analysis**. Ann Arbor: University of Michigan Press. 1995.

KLINGEMANN, Hans D. Research into Right-Wing Radicalism, **Patterns of Prejudice**, v. 2, n. 3, p. 3–10. 1968.

KLINGEMANN, Hans D., and URBAN P. Franz. NPD's Success in Baden-Württemberg: An Analysis of the Neo-Nazi Vote, **Patterns of Prejudice**, v. 2, n. 4, p. 22–7. 1968.

LAYTON-HENRY, Zig. Introduction: Conservatism and Conservative Politics. *In*: LAYTON-HENRY, Zig (ed.). **Conservatives Politics in Western Europe**. New York: St.Martin's, p. 1–20. 1982.

LENIN, Vladimir I. **Fundamentals of Marxism–Leninism**. Moscow: Foreign Languages Publishing House. 1961.

LIPSET, Seymour Martin. The Radical Right: A Problem for American Democracy, **British Journal of Sociology**, v. 6, n. 2, p. 176–209. 1955.

LIPSET, Seymour Martin **Political Man: The Social Bases of Politics**. New York: Doubleday. 1960.

LOCHL, Dietmar, and HEITMEYER, Wilhelm. **Schattenseiten der Globalisierung: Rechtsradikalismus, Rechtspopulismus und Regionalismus in Westeuropa**. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2001.

LUCARDIE, Paul. Prophets, Purifiers and Prolocutors: Towards a Theory on the Emergence of New Parties, **Party Politics**, v. 6, n. 2, p. 175–85. 2000.

MCGOWAN, Lee. **The Radical Right in Germany: 1870 to Present**. London: Longman. 2002.



- MEIJERINK, Fritz; MUDDE, Cas; VAN HOLSTEYN, Joop. Rechtsextremisme: Opmerkingen over theorie en praktijk van een complex verschijnsel, **Acta Politics**, v. 30, n. 4, p. 165–78. 1995.
- MEIJERINK, Fritz; MUDDE, Cas; VAN HOLSTEYN, Joop. Right-Wing Extremism, **Acta Politics**, v. 33, n. 2. p. 165–78. 1998.
- MENY, Yves; SUREL, Yves. The Constitutive Ambiguity of Populism. *In*: MENY, Yves; SUREL Yves (eds.). **Democracies and the Populist Challenge**. Houndmills: Palgrave, p. 1–21. 2002.
- MINKENBERG, Michael. **Die neue radikale Rechte im Vergleich: USA, Frankreich, Deutschland**. Opladen: Westdeutscher. 1998.
- MINKENBERG, Michael. The Radical Right in Public Office: Agenda-Setting and Policy Effects, **West European Politics**, v. 24, n. 4, p. 1–21. 2001.
- MUDDE, Cas. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester: Manchester University Press. 2000.
- MUDDE, Cas. Racist Extremism in Central and Eastern Europe, **East European Politics and Societies**, v. 19, n. 2, p. 61–84. 2005.
- MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.
- NAGLE, John D. **The National Democratic Party: Right Radicalism in the Federal Republic of Germany**. Berkeley: University of California Press. 1970.
- NEUGEBAUER, Gero. Extremismus – Rechtsextremismus – Linksextremismus: Einige Anmerkungen zu Begriffen – Forschungskonzepten, Forschungsfragen und Forschungsergebnissen. *In*: SCHUBARTH, Wilfriedand; STOSS, Richard (eds.). **Rechtsextremismus in der Bundesrepublik Deutschland – Eine Bilanz**. Opladen: Westdeutscher Verlag, p. 13–37. 2001.
- NISBET, Robert. **Conservatism: Dream and Reality**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1986.
- NORRIS, Pippa. **Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market**. New York: Cambridge University Press. 2005.
- PETROCIK, John R. Issue Ownership in Presidential Elections, with a 1980 Case Study, **American Journal of Political Science**, v. 40, n. 3, p. 825–50. 1996.
- PILBAUM, Bruce. **Conservatism in Crisis? Anglo-American Conservative Ideology after the Cold War**. Houndmills: Palgrave. 2003.
- RAMET, Sabrina P. Defining the Radical Right: Values and Behaviors of Organized Intolerance in Post-Communist Central and Eastern Europe. *In*: RAMET, Sabrina P. (ed.).

The Radical Right in Central and Eastern Europe since 1989. University Park: Pennsylvania State University Press, p. 3–27.1999.

REICH, Wilhelm. **The Mass Psychology of Fascism.** New York: Farrar, Straus & Giroux. 1970.

ROSANVALLON, Pierre; GOLDHAMMER, Arthur. **Counter-Democracy.** Cambridge: Cambridge University Press. 2008.

RYDGREN, Jens. Is Extreme Right-Wing Populism Contagious? Explaining the Emergence of a New Party Family, **European Journal of Political Research**, v. 44 n. 3, p. 413–37.2005.

RYDGREN, Jens. Immigration Skeptics, Xenophobes or Racists? Radical Right-Wing Voting in Six West European Countries, **European Journal of Political Research**, v. 47, n. 6, p. 737–65. 2008.

SCHEUCH, Erwin K., Rechtsradikalismus in Deutschland? Eine Untersuchung bei den Anhängern der NPD, in HOFSTADTER, Erwin K.; KLINGEMANN, Hans D. **Materialien zum Phänomen des Rechtsradikalismus in der Bundesrepublik 1966.** Cologne: Institut für vergleichende Sozialforschung, p. 3–27.1967.

SCHEUCH, Erwin K.; KLINGEMANN, Hans D. Theorie des Rechtsradikalismus in westlichen Industriegesellschaften, **Hamburger Jahrbuch für Wirtschafts- und Gesellschaftspolitik**, v. 12, p. 11–29. 1967.

SCHEUCH Erwin K.; KLINGEMANN, Hans D.; PAIGE, Jeffrey M. Theorie des Rechtsradikalismus in westlichen Industriegesellschaften. Vorlegungen zu einer interkulturell vergleichende Studie. In: SCHEUCH Erwin K.; KLINGEMANN, Hans D. **Materialien zum Phänomen des Rechtsradikalismus in der Bundesrepublik 1966.** Cologne: Institut für vergleichende Sozialforschung. p. 80–96. 1967.

SCHULZ, Hans-Jürgen. **Sie sind wieder da!** Faschismus und Reaktion in Europa. Frankfurt am Main: ISP. 1990.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism and Democracy.** New York: Harper. 1949.

SCRUTON, Roger. **The Meaning of Conservatism.** Totowa: Barnes & Noble. 1980.

SWANKS, Duane; BETZ, Hans-Georg. Globalization, the Welfare State and Right-Wing Populism in Western Europe, **Socio-economic Review**, v. 1, n. 2, p. 215–45. 2003.

VAN DONSELAAR, Jaap. **Foutna de oorlog. Fascistische en racistische organisaties in Nederland 1950–1990.** Amsterdam: Bert Bakker. 1991.

VIERECK, Peter. **Conservatism Revisited: The Revolt Against Revolt, 1815–1949.** New York: C. Scribner. 1949.

WAGNER, Alexander F.; SCHNEIDER, Friedrichand; HALLA, Martin. The Quality of Institutions and Satisfaction with Democracy in Western Europe – A Panel Analysis, **European Journal of Political Economy**, v. 25, n. 1, p. 30–41. 2009.

WEBER, Max. **Politik als Beruf**. 8. ed. Berlin: Duncker & Humblot. 1987.

WIMMER, Andreas. **Nationalist Exclusion and Ethnic Conflict: Shadows of Modernity**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

WINKLER, Jurgen R.; SIEGFRIED, Schumann. Radical Right-Wing Parties in Contemporary Germany. *In*: BETZ, Hans-Georgand; IMMERSAL, Stefan (eds.). **The New Politics of the Right: Neo-Populist Parties and Movements in Established Democracies**. New York: St.Martin’s Press, p. 95–110. 1998.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A direita radical populista: uma normalidade patológica

AUTOR


Cas Mudde

University of Georgia, Athens, EUA
casmudde@depauw.edu

TRADUTORES


Rodolfo Palazzo Dias

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
rodolfo.dias@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1845-1198>

Rodrigo Orlando Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil
rodrigoorlandosilva@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5682-4119>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 13 de maio de 2021

Aprovado em: 13 de maio de 2021

